



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639850 - RS (2021/0011155-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : MARCELO FALCI RODRIGUES E OUTRO
ADVOGADOS : ADRIANO MARCOS SANTOS PEREIRA - RS059787
MARCELO FALCI RODRIGUES - RS074137
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CRISTIAN DE MEDEIROS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CRISTIAN DE MEDEIROS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Agravado de Execução Penal n. 5065076-75.2020.8.21.7000).

O paciente foi condenado às penas de 16 anos, 08 meses e 18 dias de reclusão, e ao pagamento de 40 dias multa, pelo cometimento do crime tipificado no art. 157, § 3º, na forma do art. 14, II, c/c art. 61, I, do Código Penal.

Sustenta que o paciente "cumpriu com todos os requisitos previstos no artigo 112 da LEP, que exige, para progressão, dois pontos: o cumprimento do lapso temporal (requisito objetivo) e boa conduta carcerária comprovada pelo diretor do estabelecimento prisional (requisito subjetivo). " (fl. 05)

Aduz, que "O fato é que os exames psicossociais do PACIENTE não contrariam a progressão de regime. Questionar essa conclusão, sem a competência devida, é claramente ilegal, desprovida de fundamento. " (fl. 10)

Requer, liminarmente e no mérito, " a concessão da liminar para que seja cassada a decisão que revogou a progressão de regime concedida a CRISTIAN. " (fl. 11).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que estar ausente, numa análise perfunctória, a alegada flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do voto do relator:

"Feito o registro e tornando à hipótese sob análise, concluo que, por falta de mérito subjetivo, o reeducando não faz jus à progressão de regime e, conseqüentemente, ao benefício do monitoramento eletrônico, inobstante tenha atendido à exigência de ordem objetiva em 05-2-2020 e apresente comportamento carcerário satisfatório. Além de ser reincidente em subtrações praticadas mediante o emprego de violência e grave ameaça à pessoa, a denotar ausência de freios inibitórios, tem elevado saldo de pena a cumprir – superior a 10 anos –, com término previsto para 12-8-2031, sendo que dois dos crimes pelos quais condenado foram cometidos após encontrar-se em situação mais branda nos anos de 2016 e 2017 (expedientes nº 052/2.16.0001139-1 e 008/2.18.0001574-0)."

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração e que não se vislumbra, de plano, a alegada ilegalidade, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência